



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DO DIA
Identificação: POLÍTICA 5
Data: 14/11/2012



Rita Oliveira

rittaoliveira@jornaldodiase.com.br - rittoliveira@uol.com.br

Salve-se quem puder

O Tribunal de Contas do Estado de Sergipe sempre serviu de cabide de emprego para apadrinhados políticos. Em cada gabinete de conselheiro tem, no mínimo, 15 pessoas que recebem gordos salários no final do mês sem, sequer, trabalhar um dia no órgão.

São parentes de conselheiros e ex-conselheiros lotados em outros gabinetes e afilhados políticos de lideranças políticas que tem suas contas bancárias engordadas a cada mês com gratificações que chegam até a R\$ 15 mil. Uma aberração.

Essa cultura, que vem de décadas, leva o Tribunal de Contas do Estado a desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) por gastar com a folha de pagamento um percentual acima do limite prudencial. Sem falar que o TCE tem hoje pouco mais de 200 servidores efetivos e mais de 600 comissionados ou servidores cedidos de prefeituras ou órgãos do Estado.

Essa realidade fez com que o Ministério Público Estadual levasse o Tribunal de Contas a assinar um termo de ajustamento visando reduzir drasticamente o número de comissionados e servidores cedidos para que não seja bem maior que o quadro de efetivos.

O TCE já começou a cumprir o termo de ajustamento sob pena de pagamento de multa diária. A presidência do tribunal reduziu em 25% o número de comissionados e até a próxima sexta-feira diminuirá em 50% o percentual de cedidos. Já solicitou que os con-

selheiros façam isso, encaminhando a relação daqueles que estão lotados em seus gabinetes e precisam ser devolvidos aos seus órgãos de origem.

Essa determinação tem deixado os conselheiros em uma sinuca de bico. Isso porque são vários os pedidos políticos para que não devolvam seus protegidos, que em muitos casos são pessoas que fizeram concursos para merendeira, motorista e gari em prefeituras do interior apenas para criar o vínculo e, sequer, nunca trabalharam na função porque foram lotados no TCE.

Imagine filhos e demais parentes de autoridades tendo que trabalhar como gari ou merendeira em uma prefeitura do interior do Estado, ganhando salário de miséria?

Por conta disso, na segunda-feira e ontem estava a maior correria nos corredores do TCE. Eram os lotados com seus padrinhos tentando permanecer no tribunal para não perder todas as benesses, que vai de não trabalhar e receber uma boa remuneração.

O termo de ajustamento que o TCE está cumprindo não só vai gerar uma economia para os cofres públicos como proporcionará a redução do número de parasitas que recebem sem trabalhar em um total desrespeito com os servidores efetivos que batem ponto e recebem bem menos que aqueles que não sabem nem onde fica o tribunal. Sem falar que moraliza um pouco o órgão, que estaria em maus lençóis se enfrentasse uma inspeção de um órgão de controle extern ...